

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____ DE 2020
(Da Sra. Tabata Amaral e outros)

Requer esclarecimentos sobre a parceria entre o Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Milton Ribeiro, Ministro da Educação, para esclarecer sobre a parceria firmada entre o Ministério da Educação (MEC), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) sobre disponibilizar internet gratuita para alunos em situação de vulnerabilidade social de Institutos e Universidades federais, anunciada pelo então Ministro Interino do MEC, Antonio Paulo Vogel, em coletiva de imprensa anunciada no dia 01 de Julho de 2020. Sobre este assunto requer-se:

- a) Quais as tratativas realizadas até o momento? Requer-se, nesse sentido, cópia de documentos que instruem o processo de acordo entre as instituições (termos, atas, relatórios, etc).
- b) Qual a estratégia adotada para ampliar a conectividade, informando:
 - i) Qual a participação, na implementação do Programa, dos entes federados e das Ifes?
 - ii) Em quais regiões ou cidades o programa irá se iniciar? Justificativa.
 - iii) Quais os estudantes priorizados para ter acesso ao programa? Justificativa.
 - iv) Quantos estudantes serão contemplados em 2020, 2021 e 2022?
- c) Qual a expectativa de prazo para implementação?
- d) A concessão dos benefícios aos estudantes estará condicionado de alguma forma ao retorno das atividades em modalidade não presencial?

- e) Qual o custo estimado da iniciativa? Qual o custo estimado por estudante? Qual a origem orçamentária dos recursos?

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 1º, o então Secretário-Executivo do Ministério da Educação, Antonio Paulo Vogel, anunciou que a pasta iria disponibilizar, ainda neste mês, internet gratuita para alunos em situação de vulnerabilidade social de institutos federais e universidades federais.

Segundo anunciado pela própria pasta, a expectativa do governo é de que o programa atinja até 1 milhão de estudantes do ensino superior e técnico. No entanto, passados vinte e sete dias, o Ministério ainda não especificou como os alunos terão acesso à internet e quais serão os critérios utilizados para a seleção dos contemplados, bastando-se a informar que serão contemplados aqueles com “renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio”.

No meio de uma pandemia, e com a volta às aulas nas Universidades e Institutos Federais sendo programadas para muito em breve, é essencial que haja apoio e planejamento por parte do Ministério da Educação acerca destas questões. No entanto, até o momento, nenhum contrato foi firmado entre as partes ou publicado no Diário Oficial da União.

Sabendo-se disso, requeiro esclarecimentos do ministro da Educação sobre como será realizado o programa.

Sala das Sessões, 28 de julho de 2020.



Deputada Tabata Amaral

(PDT/SP)



Requerimento de Informação **(Do Sr. Tabata Amaral)**

Requer esclarecimentos sobre a parceria entre o Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa.

Assinaram eletronicamente o documento CD209312805700, nesta ordem:

- 1 Dep. Tabata Amaral (PDT/SP)
- 2 Dep. João H. Campos (PSB/PE)
- 3 Dep. Professor Israel Batista (PV/DF)
- 4 Dep. Felipe Rigoni (PSB/ES)
- 5 Dep. Luisa Canziani (PTB/PR)
- 6 Dep. Eduardo Bismarck (PDT/CE)
- 7 Dep. Tiago Mitraud (NOVO/MG)